FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA (FFM) | INSTITUTO DO CÂNCER DO ESTADO DE SÃO PAULO "OCTÁVIO FRIAS DE OLIVEIRA (ICESP) - Contrato de Gestão nº 01/2017

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020

VHFF/AOTL/MNP/TMS 1009/21

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA (FFM) | INSTITUTO DO CÂNCER DO ESTADO DE SÃO PAULO "OCTÁVIO FRIAS DE OLIVEIRA (ICESP) - Contrato de Gestão nº 01/2017

Der	nor	nstr	açõe:	s con	tábe	eis
Em	31	de	deze	mbre	o de	2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis



Tel.: +55 11 3848 5880 Fax: + 55 11 3045 7363 www.bdo.com.br Rua Major Quedinho 90 Consolação - São Paulo, SP - Brasil

01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores da

Fundação Faculdade de Medicina (FFM) | Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP) - Contrato de Gestão nº 01/2017 São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Faculdade de Medicina (FFM) | Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP) ("Instituto" ou "ICESP"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Faculdade de Medicina (FFM) | Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP) em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do Instituto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por nós, que emitimos relatório em 13 de março de 2020 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

O Instituto não possui personalidade jurídica própria, visto que a Fundação Faculdade de Medicina (FFM) é a responsável pela operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde do Instituto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis da FFM.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2021.

BDO

BDO RCS Auditores Associados Ltda. CRC 2 SP 015165/0-8

Victor Henrique Fortunato Ferreira Contador CRC 1 SP 223326/0-3

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2020	2019		Nota explicativa	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	116.686	87.132	Fornecedores	8	21.464	18.708
Contas a receber	5	9.541	22.401	Serviços de terceiros	9	12.871	11.533
Estoques	6	30.716	22.397	Obrigações sociais e trabalhistas	10	46.742	30.400
Despesas antecipadas	-	801	60	Obrigações fiscais	-	7.072	4.834
Outras contas a receber		164	95	Receitas diferidas	11	19.773	17.617
	_	157.908	132.085	Contas a pagar - FFM	12	1.203	1.374
				Outras contas a pagar	-	643	669
Não circulante					_	109.768	85.135
Depósitos recursais trabalhistas	-	99	205	Não circulante			
Despesas antecipadas	-	41	18	Receitas diferidas	11	7.863	9.725
				Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	13	2.063	1.212
Imobilizado	7	17.834	17.007		_	9.926	10.937
Intangível	7	361	676	Patrimônio líquido	14		
	_	18.335	17.906	Superávit acumulado	-	56.549	53.919
					_	56.549	53.919
Total do ativo	_	176.243	149.991	Total do passivo e patrimônio líquido	_	176,243	149.991
	=			' '	=		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Nota		
	explicativa	2020	2019
Receitas operacionais			
Contrato de Gestão nº 01/2017	15	529.642	516.751
Repasses de medicamentos oncológicos - Ministério da Saúde	16	15.682	13.197
Doações e patrocínios	17	11.226	13.100
Estudos clínicos	18	16.962	15.527
Outras receitas	-	3.633	4.421
Total das receitas	_	577.145	562.996
Despesas operacionais			
Pessoal	19	(326.994)	(305.987)
Materiais para consumo	20	(132.737)	(123.413)
Serviços profissionais	21	(77.020)	(68.689)
Depreciações e amortizações	7	(4.608)	(4.088)
Aluguéis de equipamentos e imóveis	-	(9.837)	(9.608)
Utilidades e serviços	-	(1.855)	(5.892)
Repasses ao HCFMUSP	22	(8.397)	(11.111)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	-	(2.542)	(1.426)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	5	(21)	8.428
Outras despesas	-	(13.075)	(12.368)
Total das despesas	_	(577.086)	(534.154)
(=) Superávit antes do resultado financeiro	_	59	28.842
Receitas financeiras	-	2.647	4.156
Despesas financeiras	-	(76)	(76)
Resultado financeiro líquido	-	2.571	4.080
(=) Superávit líquido do exercício	_	2.630	32.922

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
(=) Superávit líquido do exercício	2.630	32.922
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	2.630	32.922

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	20.997	20.997
Superávit líquido do exercício	32.922	32.922
Saldos em 31 de dezembro de 2019	53.919	53.919
Superávit líquido do exercício	2.630	2.630
Saldos em 31 de dezembro de 2020	56.549	56.549

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
(=) Superávit líquido do exercício	2.630	32.922
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciações e amortizações	4.608	4.088
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	2.542	1.426
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	21	(8.428)
(Aumento) líquido/redução nos ativos		
Contas a receber	12.839	16.694
Estoques	(8.319)	1.724
Despesas antecipadas	(764)	22
Outras contas a receber	(69)	(69)
Depósitos recursais trabalhistas	106	68
Aumento líquido/(redução) nos passivos		
Fornecedores	2.756	1.308
Serviços de terceiros	1.338	80
Obrigações sociais e trabalhistas	16.342	1.569
Obrigações fiscais	2.238	349
Receitas diferidas	294	958
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.691)	(1.407)
Outras contas a pagar	(26)	(3.236)
Caixa líquido das atividades operacionais	34.845	48.068
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(5.120)	(8.112)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(5.120)	(8.112)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Contas a pagar FFM	(171)	(21.071)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(171)	(21.071)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	29.554	18.885
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	87.132	68.247
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	116.686	87.132
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	29.554	18.885
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstra	ações contábeis.	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

Inaugurado em maio de 2008, o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (Instituto ou ICESP), situado na Av. Dr. Arnaldo, 251, Jardim América, São Paulo - SP, é uma unidade hospitalar de grande porte especializada em oncologia e dedicada ao atendimento de pacientes da rede pública de saúde (Sistema Único de Saúde - SUS). O Instituto é parte integrante do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP).

A Fundação Faculdade de Medicina ("Fundação" ou "FFM"), situada na Av. Rebouças, 381, Jardim Paulista, São Paulo - SP, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e qualificada como Organização Social em âmbito estadual e municipal em São Paulo.

A operacionalização do ICESP ocorre atualmente por meio do Contrato de Gestão nº 01/2017, celebrado entre o HCFMUSP e a FFM em 30 de janeiro de 2017, com vigência de 05 anos. Estas demonstrações contábeis compreendem exclusivamente as operações desse contrato.

1.1. Efeitos do COVID-19

A administração da Entidade tem acompanhado de perto os impactos do coronavírus (COVID-19) na economia global e, principalmente, no Brasil. Dessa forma, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Entidade está exposta, a Administração avaliou possíveis eventos econômicos que poderiam impactá-la, tais como os relacionados às estimativas contábeis e mensuração de seus ativos e passivos. Embora até o momento não seja possível mensurar todos os possíveis impactos da Covid-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração de seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Em conexão com as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020, a Entidade continua a cumprir todas as diretrizes para prevenir a Covid-19 divulgadas pelos órgãos de saúde competentes e manter as medidas para mitigar o risco de transmissão da COVID-19 nos locais de trabalho.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2002, para entidades sem finalidades de lucros, também pela da NBC TG "1000 - Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002R1 - Entidade sem finalidade lucros".

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Fundação em 15 de março de 2021 e serão submetidas à apreciação do Conselho Curador da FFM, em reunião a ser realizada em data posterior.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação e a sua moeda de apresentação.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Foram utilizadas estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações, incluindo os efeitos de estimativas com relação à recuperação de ativos, provisões necessárias para passivos contingentes e similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

2.5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

2.6. Escopo das demonstrações contábeis

Estas demonstrações contábeis referem-se exclusivamente ao Contrato de Gestão nº 01/2017, entre o HCFMUSP e a FFM, por meio do qual ocorre a operacionalização do ICESP a partir de 30 de janeiro 2017.

2.7. Demonstrações contábeis da Fundação e do Instituto

As demonstrações contábeis do Contrato de Gestão nº 01/2017, além de apresentadas individualmente, são também incorporadas nas demonstrações contábeis da FFM, por ser a entidade jurídica responsável pela operacionalização do Instituto.

Para esse efeito, sofrem as adaptações necessárias visando a aderência às práticas contábeis adotadas pela FFM para contratos de gestão, convênios, termos de cooperação e instrumentos similares, a saber:

- Ativos e passivos circulantes e n\u00e3o circulantes s\u00e3o registrados nas suas respectivas rubricas, sendo eliminadas, se houver, transa\u00f3\u00f3es com partes relacionadas;
- O patrimônio líquido do ICESP é registrado diretamente no passivo circulante da FFM como saldo de projetos em execução;
- Os bens patrimoniais do ICESP são registrados em contas de compensação e não são demonstrados no ativo da FFM.

As tabelas a seguir demonstram a conciliação do patrimônio líquido do contrato de gestão em 31 de dezembro de 2020 com o saldo de passivo contabilizado no balanço patrimonial da FFM, e entre o resultado do contrato frente a movimentação informada pela FFM:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

			_	202	20	2019
Patrimônio líquido c individuais do Contra		•	ábeis	5	6.549	53.919
Exclusão de itens co patrimonial individu apresentados no rela	al do Instituto, r	•		(4)	7.02.0	(47,007)
(-) Imobilizado (-) Intangível				(1	7.834) (361)	(17.007) (676)
Saldo contabilizado de projetos em exec	•	M na conta "s	saldo _	3	8.354	36.235
Conta	Receitas operacionais	Despesas operacionais	Transfer s inter		Resultado Financeiro	Resultado líquido

Conta	Receitas operacionais	Despesas operacionais	Transferência s internas	Resultado Financeiro	Resultado líquido
Relatório individual	562.996	(534.154)		4.080	32.922
Depreciações e					
amortizações	-	4.088			4.088
Transferências internas		11.076	(11.076)		
Total conforme relatório FFM 2019	562.996	(518.990)	(11.076)	4.080	37.010
Relatório individual Depreciações e	577.145	(577.086)	-	2.571	2.630
amortizações	-	4.608	-	-	4.608
Transferências internas		8.442	(8.442)		
Total conforme relatório FFM 2020	577.145	(564.036)	(8.442)	2.571	7.238

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes, a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Ativos circulante e não circulante

Apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicáveis, as variações monetárias e os rendimentos auferidos.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Representados fundamentalmente por saldos em contas bancárias e aplicações financeiras, constituídos de títulos de alta liquidez, e com riscos insignificantes de mudanças de valor. Os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

3.3. Estoques

Apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.4. Ativo imobilizado e intangível

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e amortização acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Depreciação e amortização

A depreciação e amortização são calculadas sobre o valor depreciável e amortizável, respectivamente, que são os custos de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação e amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado e intangível.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	Taxas de depreciação e amortização (%)	Taxas médias de depreciação e amortização (%)
Máquinas e equipamentos	10 a 20	15
Instrumentais clínicos cirúrgicos	33	33
Móveis e utensílios	10 a 20	12
Computadores	14 a 20	17
Intangível - softwares	20	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

3.5. Instrumentos financeiros

3.5.1. Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O Instituto tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, serviços de terceiros e outras contas a pagar.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.5.2. Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2020 e 2019, incluindo operações de hedge.

3.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para a deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.7. Passivo circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores conhecidos, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

As férias a pagar foram apuradas levando-se em consideração as férias proporcionais, por funcionário, acrescidas dos respectivos encargos sociais.

3.8. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões para riscos de perda provável em ações judiciais são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança, com base nas estimativas efetuadas pela Administração e seus consultores jurídicos.

3.9. Critérios de apuração das receitas e despesas

A contabilização de receitas, custos e despesas é efetuada conforme seu período de competência. As receitas de subvenção são registradas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistência governamentais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

3.10. Patrimônio líquido

Corresponde ao acervo líquido pertencente ao HCFMUSP em decorrência do Contrato de Gestão nº 01/2017, firmado com a FFM.

3.11. Trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1), a Fundação passou a realizar no exercício de 2020 registro contábil dos trabalhos voluntários.

Os trabalhos voluntários referem-se principalmente à atuação de membros integrantes dos órgãos de administração/governança com funções não remuneradas, dentre outros profissionais em situações específicas, sendo mensuradas pelo valor justo estimado levando-se em consideração os montantes que a instituição haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. O reconhecimento no resultado do exercício ocorreu como receita em contrapartida a outras despesas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 25.

3.12. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020

A Entidade não identificou novos pronunciamentos contábeis, com vigor em/ou a partir de 1° de janeiro de 2021. Por isso, concluiu que não há efeitos para serem divulgados antecipadamente nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

4. Caixa e equivalentes de caixa

5	5
110	135
116.571	86.992
116.686	87.132
	116.571

(a) As aplicações em poupança realizadas após 4 de maio de 2012 somam R\$ 247 em 2020 (R\$ 3.327 em 2019). A rentabilidade em 2020 foi de cerca de 2.11% (3,96% em 2019). Já as aplicações em fundos abertos de investimentos de renda fixa, lastreados principalmente em Certificados de Depósitos Interbancário (CDIs), com remuneração pós-fixadas em 2020 entre 81,30% e 88,38% da taxa CDI (entre 82,50% e 97,77% em 2019). Essas aplicações são de liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O total referente a esta modalidade é R\$ 49.293 em 2020 (R\$ 83.665 em 2019). Por fim, há as aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), emitidos por instituições financeiras no Brasil, com liquidez imediata. A remuneração aproximada em 2020 ficou 101,00% e 102,50% da taxa CDI. Essa modalidade soma R\$ 67.031 em 2020 (não havia saldo em 2019).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

5. Contas a receber

Corresponde aos saldos a receber devidos pelo HCFMUSP em função dos valores pactuados no Contrato de Gestão nº 01/2017, além de recebíveis decorrentes de outras atividades do ICESP:

	2020	2019
Contas a receber		_
Contrato de Gestão nº 01/2017	8.849	21.561
Outras	730	857
	9.579	22.418
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)		
Outras contas a receber	(38)	(17)
	(38)	(17)
	9.541	22.401
Abertura por vencimentos:		
	2020	2019
A vencer	469	497
Vencidos		
Até 30 dias	225	326
De 31 a 60 dias	-	13
De 61 a 90 dias	- • ·	21
De 91 a 180 dias	36	-
Acima de 181 dias	8.849	21.561
	9.579	22.418

A movimentação da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa pode ser assim demonstrada:

	2019	Adições	Reversões	2020
PECLD	(17)	(45)	24	(38)
	(17)	(45)	24	(38)

6. Estoques

	2020	2019
Medicamentos, insumos hospitalares e outros	30.648	22.160
Importação em andamento	63	225
Adiantamentos a fornecedores	5	12
	30.716	22.397

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

7. Imobilizado e intangível

Corresponde ao ativo imobilizado e intangível adquirido pela FFM por força do contrato de gestão nº 01/2017 e instrumentos anteriores:

	2020		2019			
		Deprec.	Valor		Deprec.	Valor
Imobilizado	Custo	acumulada	líquido	Custo	acumulada	líquido
Instalações, máquinas e equipamentos	21.591	(10.567)	11.024	17.661	(8.067)	9.594
Instrumentais clínico-cirúrgicos	929	(807)	122	929	(702)	227
Móveis e utensílios	2.303	(1.416)	887	2.082	(1.150)	932
Computadores e correlatos	8.190	(3.539)	4.651	6.606	(2.116)	4.490
Imobilizações em andamento	1.150		1.150	1.764	<u> </u>	1.764
	34.163	(16.329)	17.834	29.042	(12.035)	17.007
		2020			2019	
		Amortiz.	Valor		Amortiz.	Valor
Intangível	Custo	acumulada	líquido	Custo	acumulada	líquido
Softwares	1.661	(1.300)	361	1.661	(985)	676
	1.661	(1.300)	361	1.661	(985)	676

Movimentação do ativo imobilizado e intangível

	Líquido em 31/12/2019	Adições	Depreciações	Transferências	Líquido em 31/12/2020
Instalações, máquinas e equipamentos	9.594	2.716	(2.500)	1.214	11.024
Instrumentais clínicos cirúrgicos	227	-	(105)	-	122
Móveis e utensílios	932	159	(266)	62	887
Computadores e correlatos	4.490	826	(1.422)	757	4.651
Imobilizado em andamento	1.764	1.419	-	(2.033)	1.150
	17.007	5.120	(4.293)		17.834
	Líquido em	31/12/2019	Amortiza	ções <u>Líquido</u>	em 31/12/2020
Software		67	6	(315)	361
		67	6	(315)	361

Bens adquiridos diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde

Integram o acervo patrimonial utilizado pelo ICESP bens adquiridos diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (edifício, equipamentos, mobiliários e outros), que são cedidos ao HCFMUSP para uso pelo Instituto. Tendo em vista que a compra não ocorreu através da FFM, esses bens não são registrados contabilmente no ativo imobilizado do contrato de gestão.

Termos de permissão de uso

Conforme estabelecido no Contrato de Gestão nº 01/2017, o HCFMUSP deve firmar "termos de permissão de uso" com a FFM para amparar formalmente a cessão dos bens móveis e imóveis empregados pelo Instituto. Esses termos ainda não foram celebrados pelo HCFMUSP.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

8. Fornecedores

	2020	2019
Medicamentos e reagentes	9.512	8.815
Materiais hospitalares em geral	6.336	4.894
Órteses, próteses e materiais especiais	1.168	922
Aquisições de ativo imobilizado	973	593
Outros	3.475	3.484
	21.464	18,708

9. Serviços de terceiros

	2020	2019
Limpeza e higienização	3.677	3.632
Vales refeição	2.794	2.831
Manutenção de instalações e equipamentos	1.986	1.608
Saúde (unidades retaguarda, serviços radiologia e outros)	1.026	453
Outros	3.388	3.009
	12.871	11.533

10. Obrigações sociais e trabalhistas

	2020	2019
Férias e encargos sociais a pagar	26.964	26.577
Salários a pagar (a)	15.721	31
FGTS a pagar	2.472	2.352
INSS a recolher	1.537	1.438
Pensão Alimentícia	46	-
Contribuições sindicais a recolher	2	2
	46.742	30.400

⁽a) Realizados anteriormente no último dia útil do mês de referência, os créditos de salários passaram a ocorrer no 5° dia útil do mês subsequente a partir de janeiro de 2020.

11. Receitas diferidas

Correspondem aos saldos diferidos de subvenções para investimentos e projetos recebidas pelo ICESP, mediante pactuação no contrato de gestão nº 01/2017 ou por conta de projetos desenvolvidos pelo Instituto com subvenções de outros órgãos.

A apropriação como receita ocorre em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistências governamentais. Nas subvenções para custeio, a apropriação ocorre conforme a efetivação das despesas que as subvenções têm por objeto compensar e, no caso de subvenções para investimentos, mediante o tempo de vida útil dos bens adquiridos (apurados por meio da depreciação ou amortização), ou diretamente, quando os recursos são empregados em gastos cuja natureza enseja a alocação direta no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

A movimentação nos exercícios de 2020 e 2019 pode ser assim demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	20.270	6.114	26.384
Transferências entre circulante/não circulante	1.307	(1.307)	_
Subvenções reconhecidas no exercício	12.483	6.690	19.173
(-) Apropriações como receitas	(15.616)	-	(15.616)
Receitas financeiras de verbas diferidas	668	276	944
(-) Devoluções de verbas diferidas	(1.495)	(2.048)	(3.543)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17.617	9.725	27.342
Transferências entre circulante/não circulante	95	(95)	_
Subvenções reconhecidas no exercício	21.284	53	21.337
(-) Apropriações como receitas	(19.338)	-	(19.338)
Receitas financeiras de verbas diferidas	193	96	289
(-) Devoluções de verbas diferidas	(78)	(1.916)	(1.994)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	19.773	7.863	27.636

12. Contas a pagar - FFM

Referem-se fundamentalmente a operações efetuadas através do caixa central da FFM cuja compensação/alocação bancária no contrato de gestão ocorre, por falta de tempo hábil, no exercício seguinte. O saldo de tais operações em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 1.203 (R\$ 1.374 em 31 de dezembro de 2019).

13. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Corresponde ao montante provisionado para os processos em curso, compreendendo as ações cuja possibilidade de perda foi considerada provável pelos assessores jurídicos e Administração da FFM, líquidos de eventuais depósitos judiciais.

	2019	Adições	Reversões	2020
Ações trabalhistas (-) Depósitos garantia de juízo e	2.169	1.861	(2.067)	1.963
recursais	(2.008)	(1.790)	2.208	(1.590)
Outras contingências	1.051	639	-	1.690
	1.212	710	141	2.063

As ações cuja probabilidade de perda foi considerada como possível em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ 11.325 (R\$ 11.035 em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

14. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do contrato de gestão nº 01/2017 é composto basicamente pelo patrimônio acumulado pelo ICESP decorrente das atividades realizadas por meio do contrato atual e anteriores.

Em caso de rescisão do contrato ou extinção/desqualificação da FFM, o patrimônio, legados, doações e excedentes financeiros do contrato de gestão serão destinados integralmente ao HCFMUSP.

15. Receitas operacionais - contrato de gestão

Refere-se ao montante devido pelo HCFMUSP à FFM para operacionalização do ICESP, cujos valores e demais condições são estabelecidos no Contrato de Gestão no 01/2017 e aditivos. Para o 1º ano do contrato, correspondente ao período de fevereiro de 2017 a janeiro de 2018, foi pactuado o valor de R\$ 502.662. Tal valor foi estabelecido também para o 2º ano do contrato (fevereiro de 2018 a janeiro de 2019), enquanto, para o 3º ano (fevereiro de 2019 a janeiro de 2020), foi definido o valor de R\$ 522.353. Conforme tratativas entre as partes, os custos de serviços do ICESP pagos diretamente pelo HCFMUSP são descontados dos repasses. No exercício de 2019 houve ainda pactuação e integralização de valor complementar de R\$ 10.900, destinados a subsidiar expansão das atividades assistenciais. Para o 4º ano do contrato (fevereiro 2020 a janeiro de 2021), foi definido o valor de R\$ 542.353.

As receitas nos exercícios sociais de 2020 e 2019 podem ser assim demonstradas:

	2020	2019
Valores acordados (a)	540.686	531.612
(-) Descontos de custos assumidos diretamente pelo HCFMUSP	(11.044)	(14.861)
	529.642	516.751

(a) Montante proporcional em cada exercício conforme os valores pactuados para os períodos contratuais. No exercício de 2020, corresponde aproximadamente a uma parcela no valor de R\$ 43.529 relativa ao 3º ano de contrato (janeiro de 2020), e 11 parcelas no valor de R\$ 45.196. No exercício de 2019, corresponde aproximadamente a uma parcela no valor de R\$ 41.889 relativa ao 2º ano de contrato (janeiro de 2019), e 11 parcelas no valor individual de R\$ 43.529 relativas ao 3º ano de contrato (fevereiro a dezembro de 2019), além do mencionado repasse único de R\$ 10.900 para expansão de atividades.

Por força do Contrato de Gestão, o Instituto está obrigado a cumprir determinadas metas, havendo penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados, no caso de descumprimento. Além disso, a FFM está sujeita à apresentação de prestações de contas regulares conforme determinações do HCFMUSP e órgãos fiscalizadores. A prestação de contas do exercício de 2020 será enviada no 1º semestre de 2021.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

16. Repasses de medicamentos oncológicos - Ministério da Saúde

Como estabelecimento de saúde habilitado de alta complexidade em oncologia no SUS, o ICESP recebe, com interveniência da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, medicamentos oncológicos de compra centralizada pelo Ministério da Saúde.

Incorporados ao estoque do instituto, a receita correspondente é reconhecida mediante a efetiva utilização dos medicamentos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistências governamentais.

Em 2020, o Instituto recebeu medicamentos no valor total de R\$ 16.425, sendo reconhecida a receita de R\$ 15.682. Em 2019, tais valores foram respectivamente de R\$ 12.665 e R\$ 13.197. Os saldos residuais são registrados como subvenções diferidas, conforme critérios apresentados na Nota Explicativa nº 11.

17. Doações e patrocínios

São doações em numerário e mercadorias (medicamentos, reagentes, órteses e próteses, equipamentos etc.) recebidas pelo ICESP em 2020 e 2019 por meio da FFM.

	2020	2019
Itaucard S/A	2.564	-
Merck Sharp & Dohme Farmaceutica Ltda	1.876	524
Bradesco Saude S/A	1.000	-
Bayer S/A.	888	797
Novartis Biociencias S/A	770	36
Legado de Orlando Giacomo Filho (a)	-	8.272
Outras	6.503	4.566
(-) Devoluções	-	(1.204)
	13.601	12.991
(+) Transferências da receita diferida	927	109
(-) Transferências para a receita diferida	(3.302)	-
Total	11.226	13.100

(a) Legado recebido pelo ICESP em 11 de setembro de 2019, oriundo do espólio de Orlando Giacomo Filho, conforme testamento de 8 de junho de 2009.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

18. Estudos clínicos

Correspondem a receitas provenientes de estudos e/ou ensaios clínicos realizados pelo ICESP para instituições nacionais e internacionais, predominantemente dos segmentos farmacêutico e de pesquisa, visando o desenvolvimento de medicamentos e procedimentos terapêuticos.

19. Pessoal

	2020	2019
Salários e ordenados	(270.155)	(251.221)
FGTS	(21.187)	(19.883)
Benefícios	(35.652)	(34.883)
	(326.994)	(305.987)

20. Materiais para consumo

	2020	2019
Medicamentos e reagentes	(77.953)	(73.587)
Materiais hospitalares em geral	(29.989)	(28.969)
Órteses, próteses e materiais especiais	(7.145)	(8.255)
Outros	(17.650)	(12.602)
	(132.737)	(123.413)

21. Serviços profissionais

	2020	2019
Manutenção de instalações e equipamentos	(21.690)	(19.879)
Limpeza e higienização	(19.594)	(18.452)
Saúde (unidades retaguarda, serviços radiologia e outros)	(11.796)	(10.119)
Técnico administrativos	(6.749)	(8.098)
Segurança	(5.528)	(5.185)
Outros	(11.663)	(6.956)
	(77.020)	(68.689)

22. Repasses ao HCFMUSP

Referem-se a reembolsos de custos e outras operações pagas pelo ICESP ao HCFMUSP por força de atendimentos médico-hospitalares de pacientes do Instituto, no valor total de R\$ 8.397 em 2020 (R\$ 11.111 em 2019).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

23. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o ICESP não possuía instrumentos derivativos.

O ICESP está exposto a riscos normais de mercado, relacionados principalmente às variações do CDI relativo às aplicações financeiras. O valor classificado como aplicações financeiras encontra-se atualizado pelo método do custo amortizado até 31 de dezembro de 2020 e 2019 e corresponde, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

O ICESP está exposto, ainda, ao risco de crédito das instituições financeiras. O ICESP adota a política de efetuar suas aplicações financeiras em bancos de primeira linha, como meio de mitigar o risco de perda financeira:

	Valor contábil	
	2020	2019
Ativos financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	116.686	87.132
Contas a receber	9.541	22.401
Depósitos recursais trabalhistas	99	205
Passivos financeiros		
Outros passivos		
Fornecedores	21.464	18.708
Serviços de terceiros	12.871	11.533

Não há risco de liquidez, pois em 31 de dezembro de 2020 o contrato possui capital de giro de R\$ 48.140 (R\$ 46.950 em 31 de dezembro de 2019).

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros "não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Instituto, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis.

São três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2: outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3:** informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020, o Instituto está sujeito aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem do Instituto na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos do Instituto, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos do Instituto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, o Instituto centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa.

24. Avais, fianças e garantias

O Instituto não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2020 e 2019.

25. Trabalho voluntário

Em atendimento da NBC ITG 2002 (R1), a Fundação passou a reconhecer no exercício de 2020 os trabalhos voluntários.

No contrato de gestão do ICESP foram identificadas as atividades exercidas por membros do seu Conselho Diretor e por médicos voluntários atuantes no instituto. O valor desses serviços voluntários foi mensurado pelo valor justo da prestação do serviço, apurado mediante os valores de mercado aproximados de funções similares, representando em 2020 o montante de R\$ 2.812. O reconhecimento foi realizado no resultado do contrato, como outras receitas em contrapartida a outras despesas.

26. Imunidades e isenções previdenciárias e fiscais

A FFM é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) na área da saúde, com validade até 11 de junho de 2018, deferido pelo Ministério da Saúde em 18 de fevereiro de 2020 através da Portaria nº 151 (Processo nº 25000.064173/2015-71). O pedido para renovação foi apresentado tempestivamente ao Ministério da Saúde (Processo nº 25000.074283/2018-94) e encontra-se em tramitação, sendo o certificado atual válido até que haja decisão sobre esse requerimento (Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, artigo 24).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Essa certificação, em conjunto com a natureza jurídica da instituição e observação dos requisitos legais pertinentes, assegura à FFM a isenção das contribuições devidas ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) sobre folha de pagamento e serviços de terceiros (cotas patronais), bem como imunidade ou isenção de diversos outros impostos e contribuições.

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Fundação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal usufruídas pelo Contrato de Gestão no 01/2017 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, acompanhados dos respectivos valores estimados:

	2020	2019
Cota patronal INSS - Folha de pagamento (a)	72.874	69.224
Cota patronal INSS - Prestadores Serviço Pessoas Físicas (a)	312	222
	73.186	69.446
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) (b)	779	3.888
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) (c)	468	2.333
Contribuição Financ. Seguridade Social (COFINS) (d)	2.533	2.652
Programa de Integração Social (PIS) (e)	550	576
Imposto Serviço Qualquer Natureza (ISSQN) (f)	349	320
_	77.865	79.215

- a) Alíquotas de 27,8% sobre a folha de pagamento a funcionários e de 20% sobre pagamentos a prestadores de serviços pessoas físicas;
- b) Simulação empregando o regime de "Lucro Real", com alíquota de 15% sobre o resultado ajustado de cada exercício;
- c) Alíquota de 9% sobre o resultado ajustado do exercício;
- d) Considerando que a simulação da apuração do IRPJ ocorreu pelo regime de "Lucro Real", foi empregado regime de incidência "não cumulativo", com alíquota de 7,6% sobre o faturamento;
- e) Idem, com alíquota de 1,65% sobre o faturamento;
- f) Alíquota de 2% sobre os serviços prestados.

27. Seguros (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

As principais coberturas em 31 de dezembro são apresentadas a seguir:

	2020	2019
Incêndio, raio, explosão e riscos diversos	634.026	631.526
Responsabilidade civil e profissional	15.000	10.000
	649.026	641.526

28. Outras informações

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais o Instituto (através da FFM) está obrigado a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, bem como a prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais, normativas ou órgãos fiscalizadores.